

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA
1991/1995

Nos dias 06 e 07 de julho de um mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões do Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, do período de um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. O Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, Dr. Henrique Santillo, fez a abertura da reunião. Cumprimentou os conselheiros e explicou que não pôde comparecer à Reunião Extraordinária realizada no dia 29 de junho último, pois o Presidente da República o havia convocado para uma reunião naquele mesmo dia. Considerou o Sistema Único de Saúde - SUS um processo em implantação democrática, devendo ser um sistema defendido, mas fortalecendo-se com a identificação de suas irregularidades e imperfeições e a tentativa de correção destas. Acreditou que algumas entidades da área da saúde estivessem querendo mudar o sistema, colocando alternativa de mudanças, mas que não visavam o desmoronamento do SUS. Explicou que o Secretário da Secretaria de Assistência à Saúde, Dr. Gilson de Carvalho, sempre prestava conta do trabalho realizado, mostrando a transparência desta gestão. Explanou que sempre procurava mostrar a dificuldade para o financiamento da saúde, tendo problemas no repasse de recursos para a Fundação Nacional de Saúde, a CEME e o INAN, afim de que pudessem cumprir seus programas. Conseguiu fazer um acordo com o Governo, em relação ao financiamento, mas precisaria trabalhar junto ao Congresso Nacional para inclusão de emenda em relação às assistências médica e ambulatorial do país. Ressaltou a necessidade de programas de informações, visto que estas eram precárias na área da saúde. Explicou que o programa de metas para 1994 não poderia ser cumprido por falta de informações e orçamento. Informou que o Presidente da República havia colocado na Medida Provisória 538 a operacionalização do SUS entre as despesas não comprimíveis. Apontou como um dos meios para enfraquecer o SUS as publicações da Imprensa em relação a sua gestão. Falou sobre a comissão, criada por decreto, para examinar os gastos com saúde no Brasil e suas impropriedades e que o Dr. Gilson Carvalho, Secretário da SAS, havia participado desta Comissão Interministerial. O resultado final deste relatório elaborado por esta comissão havia sido satisfatório, verificando-se possíveis imperfeições, mas o considerava legítimo num processo novo e dinâmico, devendo ser feitas algumas correções no Sistema ao longo do tempo, democrática e descentralizadamente. Houve a constatação de que a Saúde teria poucos recursos, especialmente para a assistência médica. Considerou necessário o avanço da municipalização plena com a transferência de recursos Fundo a Fundo. Achou possível se dilatar os recursos da Saúde sem ferir o plano do Governo. Terminou sua fala demonstrando otimismo em relação à melhora da saúde no País. Os conselheiros presentes cumprimentaram o Sr. Ministro. Ocuparam a palavra, cumprimentando e fazendo algumas indagações ao senhor Ministro os conselheiros **Dellape, Aboim, Zilda Arns, Danilo e Swedenberger**, tendo este último formulado três questionamentos: resoluções pendentes, ressaltando a resolução da Presbiopia, o andamento da reforma administrativa do Ministério da Saúde e a questão da venda de medicamentos em supermercados e lojas de conveniência. O senhor Ministro respondeu que em relação à Resolução sobre Presbiopia já havia homologado e a mesma estaria na Secretaria de Vigilância Sanitária para últimos ajustes; sobre a Reforma Administrativa informou que já teria enviado à SAF respeitando as deliberações do CNS; em relação à venda de medicamentos, que estava incluída na Medida Provisória 538, disse que havia enviado carta ao Presidente da República demonstrando que estaria a disposição do Governo para os ajustes técnicos desta medida, a resolução do Conselho que tratava do assunto também havia sido encaminhada ao Presidente da República. Com esta fala o Ministro agradeceu aos conselheiros e se retirou. O Coordenador-Geral comunicou ao Plenário que a lista de informes teria sido incluída na pasta dos conselheiros, caso houvesse alguma dúvida em relação aos assuntos abordados nesta listagem os conselheiros poderiam se reportar à Mesa. O Coordenador-Geral do CNS, Dr. Nelson Seixas, colocou em votação a ata da trigésima sexta reunião. Foi aprovada com alterações do Conselheiro **Jocélio e Rosemary**. Em seguida o Coordenador-Geral colocou em votação a ata da Reunião Extraordinária, que foi aprovada com acréscimo do Conselheiro **Omilton**. O conselheiro **Omilton** solicitou que a Oficina de Trabalho sobre Vigilância Sanitária fosse adiada para a reunião de setembro, no que houve aprovação do Plenário. Passou-se ao **Item 01 da Pauta - QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS**: o conselheiro **Jocélio** relatou os últimos acontecimentos do Conselho Nacional de Seguridade Social e solicitou que fosse ponto de pauta para a próxima reunião o orçamento de 95. O Dr. Elias Jorge, Assessor Técnico e Financeiro do CNS, apresentou documentos referentes ao orçamento da Saúde. O conselheiro **Aboim** pediu ao Dr. Elias Jorge que fizesse um esboço do que deveria ser um orçamento definitivo para a Saúde, devendo ser esta uma proposta concreta e definitiva. Em seguida o Dr. Gilson de Carvalho fez a apresentação da Comissão Tripartite, apresentando listagem dos procedimentos de 1992 e 1993, terminando a apresentação do **item 03 - CONFERÊNCIAS NACIONAIS ESPECÍFICAS - I Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia** - O Dr. João Batista Risi Jr. fez a explanação sobre o assunto. Após longo debate entre os conselheiros, o Plenário do CNS aprovou a programação geral, o Regimento Interno e o Plano de Aplicação de Recursos da Conferência. Foram efetuadas alterações na lista de participantes, devidamente negociadas entre uma comissão composta pelos conselheiros: **Zilda, Arlindo, Aboim, Newton e Ana Maria**, juntamente com o Dr. João Batista Risi Jr, Coordenador da Comissão Executiva da Conferência. Houve ampliação da comunidade científica e tecnológica com consequente redução das representações ministerial e legislativa. O Plenário aprovou essas alterações, que seriam introduzidas nos documentos da Conferência, pela comissão executiva da mesma. Findado o assunto passou-se ao **Item 2 - ANÁLISE DO DECRETO 1141/94** - O Professor Ulysses Confalonieri, Coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Índio - CISI, fez a análise do Decreto 1141, que tratava sobre as questões de saúde dos

1

66 povos indígenas, expondo os motivos das modificações no decreto. O Conselheiro **Swedenberger**, relator da matéria,
67 concordou com os esclarecimentos dados pelo Professor Ulysses, propondo com isso que fossem aprovadas as
68 Recomendações nº 28 e 29 da CISI, que tratavam justamente das modificações desse decreto e do Estatuto do Índio,
69 respectivamente. O Plenário aprovou as Recomendações nº 28 e 29 da CISI, transformando-as em resoluções.
70 Aproveitou-se para colocar em votação, também, a Recomendação nº 27 da CISI, que tratava de alteração da
71 composição da CISI e que, foi aprovada pelo Plenário. Passou-se ao **Item 04 - CREDENCIAMENTO DE**
72 **CENTROS DE PESQUISA** - O conselheiro **Aboim** apresentou seu parecer favorável ao credenciamento da Clínica
73 de Obstetrícia da USP. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro **Aboim**, credenciando a clínica referida. O
74 conselheiro **Ferreira** não pôde apresentar seu parecer em relação a Clínica Gastroenterológica da UFMG, pois teve
75 que voltar às pressas para Belo Horizonte. **Item 5 - COMISSÕES INTERSETORIAIS E TÉCNICAS** - A Dra.
76 Marília Bernardes, coordenadora-geral da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia, apresentou a moção da
77 CICT em relação ao parecer da comissão que realizou o estudo sobre as comissões intersetoriais. Em seguida
78 apresentou a Recomendação que tratava de manifestar a preocupação em estabelecer uma Comissão permanente de
79 Integração Terapêutica. O Plenário entendeu que tanto a Moção quanto a Recomendação da CICT, haviam sido
80 prejudicadas já que essas matérias teriam sido votadas em reuniões anteriores. Recomendação nº 40/94 CT/APAS,
81 que tratava de inclusão de entidades no grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 1030, de 31 de maio de 1994. Foi
82 aprovada pelo Plenário. Recomendação nº 41/94 CT/APAS, que tratava de inclusão de um iridologista na Comissão
83 Intersetorial de Integração Terapêutica. O Plenário não aprovou a recomendação e solicitou que a recomendação
84 fosse devolvida à CT/APAS, informando à mesma sobre a composição da CTIT. O Coordenador -Geral do CNS,
85 informou da proposta da Comissão Técnica dos Usuários dos Serviços de Saúde para mudarem a Coordenação desta
86 comissão, o nome proposto seria Vera Lúcia Baroni, o Plenário aprovou a indicação. Recomendação nº 01/94 da
87 CT/USS, que tratava da composição do CNS respeitando a IX Conferência Nacional de Saúde. O Conselheiro
88 **Amorim** solicitou que esta recomendação fosse remetida a Comissão do CNS, encarregada de avaliar a questão da
89 composição do Plenário. O Conselheiro **Swedenberger** concordou e solicitou que todos os documentos referentes à
90 alteração da composição fossem enviados a esta comissão. O Plenário optou por reformular a comissão, ficaram
91 fazendo parte da comissão os conselheiros: **Zilda, Dellape, Jocélio, Arlindo, Ana Maria**. O Conselheiro **Jocélio**
92 solicitou que a Comissão escolhida pelo Plenário do CNS concluísse seu trabalho para ser apresentado na reunião de
93 outubro. O Plenário acatou a sugestão do conselheiro **Jocélio**. Recomendação nº 02/94 da CT/USS, que tratava da
94 alteração da comissão de usuários. O conselheiro **Swedenberger** considerou importante que as entidades que estavam
95 sendo propostas a retirada da comissão fossem notificadas e questionadas de sua permanência, e se havia interesse de
96 continuarem participando da mesma. Somente após as respostas destas entidades é que o Conselho poderia deliberar
97 sobre o assunto. A proposta do conselheiro **Swedenberger** foi aceita pelo Plenário. Mesa Nacional de Negociação -
98 O conselheiro **Jocélio** fez a apresentação do tema e informou aos demais conselheiros que o Ministro havia
99 homologado a Resolução nº 111, propondo a criação de mesas de negociação em estados e municípios. **Item 06 -**
100 **PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA** - O Senador Eduardo Suplicy fez a apresentação da matéria ao Plenário. O
101 Conselheiro **Jocélio** relator do tema, propôs o aprofundamento do debate em setembro, retomando-se o assunto para
102 que o CNS se manifestasse, contribuindo para o projeto como um todo na parte de controle social. O Plenário
103 aprovou a proposta do conselheiro **Jocélio**. Encerrado o assunto passou-se ao **Item 07 - APLICAÇÃO DA VACINA**
104 **ANTI-HIV** - A conselheira **Rosemary** agradeceu a presença da Dra. Lair Guerra, Coordenadora da DST/AIDS, e
105 seus técnicos para dar os devidos esclarecimentos, apresentando dez pontos a serem abordados pelos expositores. Em
106 seguida a Dra. Lair Guerra juntamente com seus assessores, Dr. Euclides e Dr. Galvão, fizeram a exposição do
107 assunto. Ao final do tema apresentado a Conselheira **Rosemary** solicitou a presença, na próxima reunião, dos
108 Coordenadores do Programa do Sangue. **Item 8 - RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA** -
109 O conselheiro **Swedenberger** achou que não era pertinente a análise destas resoluções pelo Plenário, a menos que
110 estas estivessem gerando conflitos. A opinião do conselheiro **Swedenberger** foi acatada pelo Plenário. **Item 09 -**
111 **TERCEIRIZAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE** - O conselheiro **Jocélio** introduziu o
112 assunto, ressaltando como exemplo a questão do convênio entre a Associação Paulista de Medicina e a Secretaria
113 Municipal de Saúde de São Paulo, que obteve repercussão nacional. Para esclarecimentos dos demais, foram
114 convidados a participarem do debate o Secretário Municipal de Saúde de São Paulo, Dr. Silvano Raia, o Presidente da
115 Associação Paulista de Medicina, Dr. José Knoplich e a Conselheira Ana Maria, representante do Conselho
116 Municipal de Saúde de São Paulo. Todos os três representantes fizeram sua apresentação expondo, cada um, o seu
117 ponto de vista em relação ao assunto. O Conselheiro **Jocélio** agradeceu a apresentação dos três representantes e
118 solicitou que o debate sobre o assunto prosseguisse em outras reuniões, convidando o Sindicato dos Médicos de São
119 Paulo para o debate e solicitando o parecer jurídico sobre o assunto, o que foi aprovado pelo Plenário. O Conselheiro
120 Gilson Carvalho propôs que o Plenário aprovasse Resolução sobre a matéria, tendo como conteúdo básico a
121 obediência da lei e que as contratações não deveriam sair do âmbito da gestão. A Resolução foi aprovada pelo
122 Plenário. **Item 11 - APRECIACÃO DE PEDIDOS DE ABERTURA DE CURSOS SUPERIORES NA ÁREA DA**
123 **SAÚDE** - O conselheiro **Amorim** apresentou seu parecer favorável em relação ao curso de Educação Física, da
124 Faculdades Unidas do Norte de Minas. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro **Amorim**, deferindo o curso. O
125 Conselheiro **Aboim** solicitou o indeferimento do curso de Farmácia, da Sociedade Educacional do Triângulo Mineiro,
126 já que o CES - MG havia dado parecer contrário a abertura daquele curso. O Plenário acatou a solicitação do
127 conselheiro **Aboim**, indeferindo o curso. O conselheiro **Amorim** leu seu parecer favorável ao curso de Odontologia
128 da Faculdades Unidas do Norte de Minas. Em seguida, o conselheiro **Swedenberger** justificou seu parecer contrário à
129 abertura daquele curso. O coordenador-geral do CNS colocou em votação os dois pareceres. O parecer do conselheiro

130 **Swedenberger** foi o vencedor, indeferindo o curso de Odontologia da Faculdades Unidas do Norte de Minas. O
 131 conselheiro **Rodolfo** apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Psicologia da Associação Educativa
 132 Evangélica. O conselheiro **Jocélio** pediu vistas do processo. O conselheiro **Rodolfo** apresentou seu parecer favorável
 133 à abertura do curso de Educação Física, da Instituição de Assistência Social e Educacional do Araguaia. O parecer do
 134 conselheiro **Rodolfo** foi aprovado pelo Plenário, deferindo o curso. A conselheira **Ana Maria** apresentou seu parecer
 135 contrário à abertura dos cursos de Psicologia, da Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo, da Associação de
 136 Ensino Superior de Aracaju e da Associação Educacional e Cultura Sergipe Del Rei. O parecer da Conselheira foi
 137 aprovado pelo Plenário, indeferindo os três cursos. O Conselheiro **Sabino** apresentou seu parecer contrário à abertura
 138 do curso de Educação Física, da Associação Educacional e Cultura Nossa Senhora do Socorro. O Plenário aprovou o
 139 parecer do conselheiro **Sabino**, indeferindo o curso por ele relatado. A conselheira **Ana Maria** apresentou seu
 140 parecer contrário à abertura do curso de Psicologia, do Centro Norte Riograndense de Ensino Superior, baseado no
 141 parecer do Conselho Estadual de Saúde do RN. O parecer da conselheira **Ana Maria** foi aprovado pelo Plenário,
 142 indeferindo o curso. A conselheira **Ana Maria** apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Fisioterapia
 143 da Associação Potiguar de Educação e Cultura. O parecer da conselheira **Ana Maria** foi aprovado pelo Plenário,
 144 deferindo o curso. A conselheira **Ana Maria** apresentou seu parecer contrário à abertura do curso de Odontologia da
 145 Associação Potiguar de Educação e Cultura. O Plenário aprovou o parecer da conselheira, indeferindo o curso. O
 146 conselheiro **Jocélio** apresentou seu parecer contrário à abertura dos cursos de Psicologia, da Associação Rio Poty de
 147 Ensino Superior e da Associação Teresinense de Ensino Superior, constatando absoluta falta de dados para subsidiar
 148 qualquer parecer. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro, indeferindo os referidos cursos. O conselheiro
 149 **Jocélio** apresentou seu parecer favorável à abertura do Curso de Enfermagem da Fundação Universidade Estadual de
 150 Mato Grosso do Sul. O Plenário aprovou o parecer do conselheiro, deferindo o curso. O conselheiro **Seixas**
 151 apresentou seu parecer favorável à abertura do curso de Alimentação e Nutrição, da Faculdade de Enfermagem e
 152 Obstetrícia de Adamantina. A conselheira **Albaneide** pediu vistas deste processo apresentado pelo conselheiro
 153 **Seixas**. Item 10 - SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA - O conselheiro **Carmino** fez a explanação do tema,
 154 apresentando proposta de Minuta de alteração do Decreto 1105, e teve a colaboração da Dra. Lenir Santos, assessora
 155 jurídica da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, na sua exposição, explicando que era a favor de um sistema
 156 de auditoria, mas não de caráter policial, como estava explicitado no decreto acima mencionado, mas sim para
 157 avaliar, controlar e punir, quando houvesse necessidade. A proposta de Resolução apresentada pelo Conselheiro
 158 **Carmino** de alteração do Decreto 1105 foi aprovada pelo Plenário. O conselheiro **Justino** solicitou a convocação
 159 para a próxima reunião da Coordenação de Saúde Mental. Apresentou proposta de resolução sobre o teste do pézinho
 160 e a obrigatoriedade da presença do Pediatra na sala de parto. O Plenário entendeu que a Materno-Infantil devesse
 161 analisar e que trouxesse conclusão para apreciação. A conselheira **Zilda**, Coordenadora da Materno Infantil, solicitou
 162 que a resposta fosse dada em setembro por uma questão operacional da sua área. A conselheira **Rosemary** solicitou
 163 que constasse da pauta o relatório da Conferência Nacional de Saúde dos Povos Indígenas. O conselheiro **Arlindo**
 164 solicitou que constasse da pauta o Orçamento de 1995. O Coordenador-Geral fez a distribuição dos novos cursos, o
 165 conselheiro **Jocélio** ficou sendo relator dos Cursos de Fisioterapia e Psicologia, da Universidade Salgado de Oliveira -
 166 Niterói; o conselheiro **Aboim** ficou sendo relator dos cursos de Fonoaudiologia, Odontologia e Fisioterapia da
 167 Associação de Ensino de Campo Grande-RJ; o conselheiro **Carmino**, ficou relator do curso de Medicina Veterinária
 168 da Universidade Camilo Castelo Branco. O conselheiro **Rodolfo** solicitou que constasse na pauta a Comissão Mista
 169 CFE/CNS, que ficou de estudar a questão da competência dos conselhos para abertura de novos cursos. O
 170 Coordenador-Geral do CNS deu por encerrada a reunião. Justificaram suas ausências os conselheiros **Santini**, **Leni**
 171 **May** e **Carlos Eduardo Ferreira**. Estiveram presentes os conselheiros: **Augusto Alves de Amorim**, **Newton de**
 172 **Araújo Leite**, **José Justino Alves Pereira**, **Raquel Ribeiro Szpoganicz**, **Valter Chaves Costa**, **Ana Maria Lima**
 173 **Barbosa**, **Rosemary Lumena Berol da Costa**, **Ely Toscano Barbosa**, **Chafic Wady Faraht**, **Swedenberger do**
 174 **Nascimento Barbosa**, **Gilson de Cássia Marques de Carvalho**, **Zilda Arns Newman**, **Francisco Ubiratan**
 175 **Dellape**, **Ernani Vitorino Aboim e Silva**, **José Carlos Seixas**, **Laura Regina M. F. Lemos Duarte**, **Jocélio**
 176 **Henrique Drummond**, **Omilton Visconde**, **Carlos Eduardo Ferreira**, **Danilo Lins Cordeiro Campos**, **Antonio**
 177 **Sabino dos Santos**, **Gilson Cantarino O'Dwyer**, **Vitalina J. Batista Dias da Silva**, **Arlindo Fábio Gómez de**
 178 **Sousa**, **Ricardo Ackel**, **Eurípedes Balsanufu Carvalho**, **Rodolfo Joaquim Pinto da Luz**, **Carmino Antonio de**
 179 **Sousa e Albaneide Maria Lima Peixinho**.